

OS USOS POLÍTICOS DAS IDENTIDADES ÉTNICAS E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NA ÁFRICA SUBSAARIANA

LUCIANA MARTINS CAMPOS*

Resumo: Este artigo toma por objeto o cenário político dos países da África Subsaariana. Ele aborda, mais especificamente, a ocorrência de usos políticos das identidades étnicas e religiosas como meio de mobilização da sociedade civil, em casos de conflitos políticos ou na reprodução social de ideologias e de partidos. O objetivo é compreender os mecanismos que conduzem à utilização de identidades étnicas, ou mesmo religiosas, como meio eficiente de mobilização política, considerando que os sistemas políticos africanos podem delegar às gerações do presente um imaginário representativo e simbólico do político. Esse imaginário sobrevive pela diversidade étnica ou pelas diferentes manifestações de uma rica simbologia elaborada por diferentes formas de organização do poder tradicional.

Palavras-chave: Identidades étnicas. Cultura política. Democracia social.

Abstract: This study takes as subject the political landscape of sub-Saharan Africa in relation to the incidence of political uses of ethnic and religious identities as means of mobilizing civil society, in events of political conflicts or social reproduction of ideologies and political parties. The study tries to comprehend the mechanisms that allow ethnic or even religious identities to be used as an efficient way of political mobilization, taking into consideration that African political systems can assign to current generations a very representational and symbolic imagery of the political, which survives through ethnic diversity or a variety of highly symbolic manifestations elaborated by different organizational forms of traditional power.

Keywords: Ethnic identities. Political culture. Social democracy.

As implicações da diversidade étnica na composição da sociedade civil, do interesse público e na construção da participação democrática estão presentes nos estudos sobre a consolidação dos Estados modernos e dos regimes democráticos na África Subsaariana. O uso de identidades étnicas, ou sua politização, relaciona-se com a consolidação dos regimes democráticos no continente, em termos de participação, de representatividade e de mecanismos formais de institucionalização da democracia. Compreender os mecanismos de construção de sentido sobre o político e as construções identitárias, capazes de mobilizar a

Artigo recebido em 17 de agosto de 2014 e aprovado em 9 de novembro de 2014

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Remo Mutzenberg e bolsista CNPq. E-mail: lcamposmartins@hotmail.com

sociedade para causas políticas ou ações coletivas, conduz a conclusões conflitantes em relação às expectativas de uma participação democrática institucionalizada.

Segundo Remo Mutzenberg e Eliane Veras Soares¹, a agenda teórica sobre a democracia tem sido orientada também pelas dimensões não restritas à formalização e à institucionalização da democracia, enquanto regime de governo, atendo-se às questões relativas “à presença ou construção de um espaço público, processos de articulação e composição de identidades políticas que envolvem relações de forças e caminhos cognitivos na vivência democrática do cotidiano”. Para além das análises de cunho institucional e das teorias da transição democrática, a Sociologia renova suas análises orientadas pela observância da “reprodução e atualização da sociabilidade não restrita ao âmbito tradicional do político” que, para os estudos africanos, torna-se estimulante à compreensão da construção de relações sociais democráticas e ao reconhecimento de permanências e atualizações de formas tradicionais do fazer político. Conferindo novos contornos ao *campo político*, as novas análises buscam a visibilidade de concepções de democracia que vão da democracia formal ao que poderíamos denominar como democracia social, que se estende às relações da vida cotidiana. Nessa perspectiva, os pressupostos conceituais de cultura política inserem o debate em que o “cultural se torna fato político” e a “construção particular em cada sociedade do que conta como político” passa a ser o foco de construção de novos objetos.²

De acordo com os autores supracitados, nos últimos anos, houve um aumento de pesquisas sobre o pluralismo partidário recente nos países africanos e sobre a questão interétnica. Essas pesquisas avaliam o peso do voto étnico em países onde parte da sociedade civil, sobretudo no meio rural, encontra-se “fragmentada”, em termos étnicos, com implicações para o diálogo entre partidos e eleitores e para a própria reprodução social desses partidos.

“(…) a noção de cultura política está, pois, estreitamente ligada à cultura global de uma sociedade, sem, todavia se confundir totalmente com ela, porque o seu campo de aplicação incide exclusivamente sobre o político³”. A partir dessa afirmativa, consideramos que uma cultura política se articula à cultura geral, ou mais ampla, possivelmente pegando emprestados

¹ MUTZENBERG, Remo; SOARES, Eliane Veras. Democratização, sociedade civil e cultura política: aproximações entre o Brasil e a África lusófona. *Estudos de Sociologia*, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, v. 15, n. 2, 2014, p. 50.

² DAGNINO, 2000 apud MUTZENBERG, Remo; SOARES, Eliane Veras. Democratização, sociedade civil e cultura política: aproximações entre o Brasil e a África lusófona. *Estudos de Sociologia*, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, v. 15, n. 2, 2014, p. 52.

³ BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. IN: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para Uma História Cultural*. Lisboa: Estampo, 1998, p. 352.

elementos simbólicos e imaginários, com suas representações e chaves de leitura da realidade, para sua própria construção enquanto cultura que incide sobre os fenômenos políticos. Ao passo que a cultura política é definida, em grande parte associada a uma doutrina ou filosofia política (comunismo, socialismo, liberalismo, republicanismo), podemos considerar que, em seus desdobramentos práticos, na realidade histórica, uma matriz fornecedora de elementos comuns à interpretação da história e orientadora da ação política pode ver-se desdobrada em múltiplas representações. Isso ocorre tanto por sua interação com diferentes contextos socioculturais, econômicos e históricos, quanto por sua interação com outras culturas políticas concorrentes. Dessas interações, temos não só a superposição de culturas políticas em uma mesma sociedade, como sugerem Almond e Verba⁴ com seu conceito de *sistemas mistos*, mas a conformação, se não de uma cultura política identificável, de representações políticas novas (imagens, símbolos, imaginários) nas quais os fenômenos culturais que incidem sobre os fenômenos políticos não mais se apresentam filiados a uma doutrina política. Não se trata somente da mescla de culturas políticas socialistas com comunistas e com republicanas, em um jogo de legitimidade e de eficácia dos seus partidários pelo poder, mas de considerarmos o surgimento de representações que, além de poderem ter múltiplas contribuições doutrinárias, associam-se a aspectos culturais outros que vão além do universo político formal (doutrina política), que podem expressar representações e imaginários referentes ao espaço público ou às relações de poder.

As análises da antropologia política sobre a política ou sobre o poder vão reafirmar sua presença, mesmo em sociedades em que o poder político não se manifesta a partir de instituições próprias como o Estado, ou seja, mesmo com a “(...) *falta de un poder político bien claro, un poder político-religioso opera por mediación de las estructuras clan-linaje, de las estructuras territoriales y de las estructuraciones de las clases de edad*”.⁵ Considerando que o poder político é universal e inerente ao social,⁶ a proposta a se desenvolver a partir de então é a de que a compreensão do universo político tradicional, com seus sistemas políticos e de ideias a eles associados, pode ser significativa ao considerarmos que os sistemas políticos africanos podem delegar às gerações do presente um imaginário representativo e simbólico do

⁴ ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney, 1963 apud KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999, p. 231.

⁵ “(...) falta de um poder político bem claro, um poder político-religioso opera por mediação das estruturas clã-linhageiras, das estruturas territoriais e das estruturas das classes de idade” (tradução livre). BALANDIER, Georges. *Antropologia Política*. Barcelona: Casa Nova 71, 1969, p. 70.

⁶ CLASTRES, 1982 apud KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999, p. 240.

político, sobrevivente através da diversidade étnica ou de diferentes manifestações de uma rica simbologia elaborada pelas diferentes formas de organização do poder tradicional. Nessa perspectiva, que procura desenvolver um olhar cultural sobre os fenômenos políticos, esbarramos em uma limitação conceitual, quanto à definição de cultura política que não se aproxima da perspectiva da antropologia política, aqui também considerada.

O conceito de cultura política se desenvolveu para avaliar as relações entre a sociedade civil, o Estado e seus regimes de governo. Para Serge Bernstein, uma cultura política necessariamente se articula a uma base filosófica ou doutrinária, a uma concepção de sociedade ideal e a uma visão institucional, o que condiciona esse fenômeno à sua relação obrigatória com o Estado. Almond e Verba pensaram o fenômeno supracitado para o entendimento da reação da sociedade civil frente aos regimes de governo democráticos. O problema é considerarmos que todos os indivíduos possuem, necessariamente, uma visão política associada a uma escolha racional, ou opcional, por uma doutrina política ou, do contrário, não seriam eles portadores de uma cultura política. Ou ainda, considerarmos que, nas sociedades civis, somente concorrem, para a construção de representações sobre o político, aspectos culturais advindos, direta ou indiretamente, de alguma doutrina política. Portanto, que outros elementos se associam à construção de imaginários ou símbolos políticos, para além da orientação doutrinária e de suas manifestações ideológicas? Os conflitos políticos que mobilizam identidades étnicas não necessariamente parecem se comportar no viés “sociedade civil x Estado”, com intenção de intervenção no regime de governo ou alteração de governantes a partir de uma proposta institucional, nem o engajamento das ações individuais parece passar por essa perspectiva. Tais conflitos não seriam, portanto, políticos?

Segundo Salvador Cadete Forquilha,⁷ nos últimos 20 anos, tem ocorrido em vários países da África Subsaariana um movimento de descentralização política. Ele é caracterizado pela liberalização política e pelo processo de democratização, associado a medidas administrativas e legislativas que incorporam as autoridades tradicionais a partir do reconhecimento de sua importância para a gestão de conflitos políticos e enquanto meio de relegitimação do Estado. As reformas institucionais e administrativas visam aperfeiçoar a participação dos chefes tradicionais e das demais lideranças comunitárias na administração pública, reconhecendo o valor das comunidades locais para o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos países.

⁷ FORQUILHA, Salvador Cadete. O Paradoxo da Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias em Moçambique: do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local. *Caderno de Estudos Africanos*, 2008, p. 90.

Podemos citar a lei 3/94 de 13 de setembro, que cria em Moçambique os distritos municipais. O distrito municipal promove o

(...) enquadramento das autoridades tradicionais e de outras formas de organização comunitária pelos distritos municipais, de modo a estabelecer os mecanismos da sua participação na escolha e realização de políticas que visem à satisfação de interesses específicos das populações abrangidas.⁸

No entanto, a lei 2/97, de forma contrária à lei 3/94, coloca “a questão da consulta às autoridades tradicionais pelas estruturas do poder local em termos de possibilidades e não de dever”. Já o decreto 15/2000 “(...) recupera não só os chefes tradicionais, politicamente marginalizados no período a seguir a independência, mas também os secretários de bairros ou de aldeias (...)”, integrando o respeito às formas tradicionais de poder.⁹

Também podemos citar a criação das subprefeituras em Guiné como meio de aperfeiçoar a participação dos chefes tradicionais e demais lideranças comunitárias na administração pública.

(...) dar atendimento às demandas dos diferentes grupos e suas necessidades particulares e ao mesmo tempo preservando o poder das linhagens e suas tradições. Esta arquitetura administrativa procura também acomodar os diferentes grupos étnoculturais que convivem no espaço territorial do país.¹⁰

Tanto a criação dos distritos municipais em Moçambique quanto a criação das subprefeituras em Guiné são medidas administrativas e legislativas que têm por princípio o aperfeiçoamento da participação dos chefes tradicionais e de demais lideranças comunitárias na administração pública, reconhecendo o valor das comunidades locais para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país. Por outro lado, dessa diversidade étnica, enquanto identidade sociocultural associada a uma coletividade que ocupa um espaço físico, surgem questões referentes ao diálogo entre o Estado, as forças organizadas da sociedade civil e suas dinâmicas sociopolíticas.

O apoio político local aos partidos políticos, por exemplo, fundamenta-se muitas vezes no reforço político dos chefes tradicionais como intermediários políticos pela defesa de

⁸ Art. 8 da lei 3/94 apud FORQUILHA, Salvador Cadete. O Paradoxo da Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias em Moçambique: do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local. *Caderno de Estudos Africanos*, 2008, p. 93.

⁹ FORQUILHA, Salvador Cadete. O Paradoxo da Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias em Moçambique: do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local. *Caderno de Estudos Africanos*, 2008, p. 97.

¹⁰ SCHÜTZER, Herbert. Os Instrumentos Estatais e a Geopolítica das Linhagens na África Subsaariana: poder legal versus poder tradicional – caso da Guiné-Conakry. *Conexão Política*, v. 1, n. 1, jul./dez. 2012, p. 117.

melhorias materiais para a comunidade. O protagonismo político dos chefes tradicionais, na luta por recursos variados que permitam a reprodução social de suas comunidades, faz com que eles desenvolvam um capital político por vezes questionável dentro de um sistema democrático. Surgem indagações sobre um possível controle do eleitorado, prevalecendo decisões “comunitário-étnicas” sobre o voto individualizado. Ao mesmo tempo, a mobilização dos chefes tradicionais para o diálogo com os eleitores pode acabar por impulsionar a cultura e a religião como capital político dessas lideranças.

Manuel Maria Braga, em seu artigo intitulado “Os partidos políticos africanos no virar do milênio: um ensaio preliminar”,¹¹ buscou estabelecer uma matriz conceitual de análise político-partidária válida para toda a África Negra, em que o uso de ritos, mitos e manipulação de identidades se manifesta na reprodução partidária, com implicações sobre as possibilidades de estabilidade política dos países da África Subsaariana. Para avaliar a estabilidade política de 36 países do continente, o autor procura compreender, em linhas gerais, os mecanismos endógenos de reprodução dos partidos políticos africanos.

As conclusões a que Braga chegou são que os partidos políticos asseguram sua reprodução a partir de três instrumentos politizados: o uso dos ritos e mitos, as manipulações identitárias e o uso das doutrinas políticas e sociais. Para além da reprodução partidária, podemos ainda propor essa mesma divisão analítica ou, considerarmos dois dos instrumentos politizados (o uso de ritos e mitos e a manipulação de identidades que podem ser étnicas, religiosas e regionalistas) para observarmos os fenômenos de manipulação de identidades e de solidariedades no cenário político, não necessariamente vinculados à reprodução partidária, mas como meios de reprodução de práticas, valores e ideologias políticas. A legitimação de líderes, partidos e práticas perpassa frequentemente uma lógica tradicional. O impacto das linhagens ou do parentesco sobre as lideranças políticas locais, regionais e nacionais são amostras desse fenômeno.

O Oró, de tradição pré-colonial, é formado por membros da comunidade do sexo masculino e, como uma espécie de polícia comunitária, é responsável pela segurança e punição de criminosos: em alguns casos é permitida, inclusive, a morte desses criminosos. Tal instituição associou-se à prática partidária. Segundo Insa Nolte,¹² na Nigéria, o uso do Oró está ligado a uma lógica tradicional de união moral-política da comunidade. Foi utilizado

¹¹ BRAGA, Manuel Maria. Os partidos Políticos Africanos no Virar do Milênio: um ensaio preliminar. *Centro de Estudos Africanos*, ISCTE, Lisboa, 2005, p. 54.

¹² NOLTE, Insa. Identidade e violência: a política de juventude em Ijebu-Remo, Nigéria. *Imagário*, v. 11, n. 11, 2005, p. 53.

pelos partidários do *Action Group* entre os anos 50 e 60, depois associado aos partidos *UPGA* (*United People's Grand Alliance*) e *UPN* (*Unity Party of Nigeria*), estendendo-se até os dias atuais em ligação com os partidos políticos *AD* (*Alliance for Democracy*) e *PDP* (*People's Democratic Party*), todos historicamente com base de apoio no sudoeste da Nigéria. Um desdobramento da lógica do Oró é a formação de grupos chamados de “vigilantes” que, na prática, operam como gangues rivais e emprestam braço armado a disputas políticas locais e até em nível nacional. Insa Nolte cita um episódio de violência entre grupos de vigilantes locais, na cidade de Sagamu, em torno da morte de um rapaz. O exército federal interveio e a consequência foi a perda de controle sobre a segurança da cidade de Sagamu pelos vigilantes, o que significou também a perda de um terreno político.

Outro exemplo é o uso do rito do Egúngún (saída às ruas de um mascarado que encarna o espírito de um ancestral, envolto em panos estampados), que esteve presente na região de Sagamu desde os tempos do *Action Group*. Segundo Insa Nolte, chegou a ser feito um Egúngún de Obafemi Awolowo, um dos pensadores e articuladores do movimento de independência nigeriano e fundador do partido *Action Group*, em 1950. Entre os anos de 1979 e 1983 (Segunda República Nigeriana), houve conflitos entre mascarados Egúngúns durante comícios políticos e votação de candidatos.

Insa Nolte, em seu artigo, também se refere à importância de lideranças tradicionais para a popularização da política partidária no interior da Nigéria, assim como a interferência da política partidária na escolha de Obás e de outros chefes tradicionais. Os Obás são chefes tradicionais presentes desde a administração das cidades do Reino Ijebu (pré-colonial), atual município de Ijebu-Remo, tendo sido incorporados pela administração colonial.

Em oposição ao pensamento nacionalista característico dos anos das independências, em que a diversidade étnica apresentava-se como um desafio à construção de uma unidade nacional, atualmente a diversidade étnica é revista sob um prisma positivo, quanto à consolidação da democracia nos países africanos ao sul do Saara. O caso da intervenção da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) nas áreas rurais exemplifica bem esse impasse, característico do período das independências, pensado em termos econômicos (estruturação de uma economia nacional) e culturais (formação do homem novo com inspiração nacionalista, socialista e de novos padrões organizacionais ocidentais). A proposta de aldeamentos incluía a condenação à poligamia, aos “curandeiros” e aos régulos (notáveis linhageiros). O projeto da FRELIMO ameaçou a reprodução das sociedades tradicionais em

termos políticos e simbólicos, bem como em termos econômicos, pela desestruturação da economia de subsistência.¹³

Segundo Appiah, as organizações sociopolíticas baseadas na etnia agem em parceria com o Estado, mantendo a normalidade cotidiana, evitando o caos social frente à ineficiência do Estado na prestação dos serviços básicos à população. Para Appiah,¹⁴ a sociedade civil dos países africanos, sobretudo da África Subsaariana, que se mobiliza em torno de identidades culturais em constante reelaboração, mostra-se atuante e comprometida com questões de interesse nacional, como saúde, educação, relações de trabalho, construção de estradas, em uma demonstração de que as soberanias fragmentadas não agem, necessariamente, na desestabilização do Estado.

Ao mesmo tempo, nas últimas décadas, foi possível acompanhar, nos noticiários, conflitos na África Subsaariana envolvendo a politização de identidades étnicas em diferentes contextos. Nos dois casos, tanto na realidade de inclusão dos chefes tradicionais pela administração estatal como na realidade de conflitos, é evidenciado o peso das etnias no jogo político. Isso ocorre devido à conformação particular da sociedade civil nos países dessa região africana, em que a diversidade étnica guarda relações com o acesso de determinados grupos a recursos político-econômicos em determinadas espacialidades, “ao mesmo tempo em que consolida-se no cenário político global a política de identidade em detrimento da política de classes nos embates reivindicatórios”.¹⁵

Na guerra civil contra o governo de Mobutu, nos anos de 1996 e 1997, Kabila, líder dos rebeldes, apostou em apoios étnicos e políticos de países vizinhos. A guerra civil no antigo Zaire expôs alianças da África Central e suas tensões étnicas e políticas. Os dois governos tutsis da região (Ruanda e Burundi) foram parceiros dos rebeldes contra o governo de Mobutu na República Democrática do Congo. Banyumulengue, núcleo central da guerrilha, que chegou ao poder com Kabila, é uma subetnia tutsi com mais ligações com Ruanda e Burundi do que com a República Democrática do Congo.

O conflito no país foi um desdobramento das guerras do Burundi e de Ruanda. Muitos hutus se refugiaram no antigo Zaire, inclusive os acusados do genocídio de um milhão de

¹³ CASAL, Adolfo Yanez. A violência em África: da guerra primitiva à guerra civil em Moçambique. A violência como fato social total. *Atas do Colóquio “Construção e Ensino da História de África”*, Lisboa, 1994, p. 287.

¹⁴ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 225.

¹⁵ BIZAWU, Kiwonghi Sébastien. *O Conselho de Segurança da ONU e os Conflitos nos Grandes Lagos: análise seletiva e interpretativa das resoluções sobre o Congo*. Barueri: Manole, 2008, p. 14.

tutsis e de hutus moderados em Ruanda em 1994. O governo de Mobutu pediu aos banymulengues (minorias) que deixassem o país, em 7 de outubro de 1996, o que conduziu à rebelião contra seu governo. Aqueles insatisfeitos com o governo recrutaram os banymulengues para a guerra de oposição ao governo de Mobutu. Ruanda e Uganda ofereceram apoio militar aos rebeldes e a diplomacia de Uganda admitiu não reconhecer as fronteiras da colonização, tratando o caso como assunto interno. O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) apoiou Kabila, ambos tendo ligações com a esquerda. Mobutu teve apoio dos Estados Unidos (EUA) durante os anos da Guerra Fria, e a África do Sul embargou um possível apoio militar de 11 países ao presidente Mobutu. O temor era de que o conflito se espalhasse por todo o continente.¹⁶

Organizações humanitárias acusam os homens de Kabila, presidente da República Democrática do Congo, de realizar massacres contra a etnia hutu. Aproximadamente 17 mil pessoas entre homens, mulheres e crianças andaram mais de 1.200 km em fuga dos tutsis que, embora minoritários, controlavam o exército e o executivo do país. A Aliança das Forças Democráticas de Libertação da República Democrática do Congo, liderada por Kabila, derrotou 51 anos de governo de Mobutu e ficou com a maior parte das pastas do novo governo.¹⁷

Em 19 de janeiro de 2001, o Ministro do Congo anunciou a morte do presidente da República Democrática do Congo, Laurent-Desiré Kabila, por assassinato. Os principais suspeitos eram as lideranças do grupo rebelde Frente de Libertação do Congo, além dos dirigentes de Angola e Zimbábue, que apoiavam o presidente Kabila na luta contra os rebeldes, mas estavam insatisfeitos com o fracasso do governo em controlar a situação. Angola inclusive recebeu de Kabila o controle do Serviço de Inteligência Congolês, o que lhe deu maior controle sobre os rumos políticos do país.¹⁸

Um dos principais líderes rebeldes foi empossado como vice-presidente da República Democrática do Congo, em uma tentativa de por fim a quase cinco anos de guerra civil no país, que deixaram naquele momento 3,3 milhões de mortos. O país enfrentava problemas para controlar todo o território, do tamanho da Europa Ocidental. Conflitos entre milícias tribais, rebeldes e soldados do governo eram frequentes, sobretudo na região nordeste do país.¹⁹

¹⁶ *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 17, 23 mai. 1997.

¹⁷ *Folha de São Paulo*, p. 16, 23 mai. 1997.

¹⁸ *Folha de São Paulo*, p. A9, 19 jan. 2001.

¹⁹ *Folha de São Paulo*, p. A11, 18 jun. 2003.

Conclui-se que o governo vitorioso de Kabila em 1997 e 1998 não pôs fim à instabilidade política do país, e que a mobilização de novas forças rebeldes baseadas em identidades étnicas e regionais, acabou pondo fim ao seu governo (2001). Ruanda, Burundi e Uganda apresentaram conflitos com a República Democrática do Congo, quanto às fronteiras herdadas da colonização, em que a identidade étnica tutsi e suas implicações espaciais fomentaram conflitos de relações diplomáticas.

Em 1998, o governo de Ruanda executou, em um estádio de futebol, 20 condenados pelo envolvimento no genocídio étnico que matou 800 mil pessoas, em 1994. Ao todo, são 130 mil suspeitos de envolvimento nos massacres ocorridos durante a guerra civil. Extremistas da etnia hutu atacaram membros da etnia tutsi e moderados hutus. Os conflitos tiveram fim com a vitória da Frente Patriótica de Ruanda, milícia tutsi apoiada por Uganda contra o exército controlado pelos hutus. Apesar de minoritários, os hutus controlavam o executivo e as Forças Armadas do país.²⁰

Joseph Luciani²¹ considera que, atualmente, conflitos interétnicos e inter-religiosos na região norte da Nigéria constituem uma ameaça à unidade nacional e que houve uma radicalização de tais movimentos nos últimos 30 anos. Segundo sua avaliação, após o retorno ao governo civil, em 1999, a violência irrompe em alguns estados do Norte, de predomínio muçulmano e etnia haussa, sobretudo nos Estados de Kaduna e Kano. Segundo Luciani, o movimento Kala Kato, responsável pela morte de cerca de 70 pessoas em 2009, é considerado afiliado ao grupo religioso Maitatsine dos anos 80.

No ano seguinte, em 27 de novembro de 1999, conflitos entre yorubas e haussas deixaram 50 mortos na Nigéria. Tanto yorubas quanto haussas são, majoritariamente, muçulmanos e os haussas eram maioria no exército. Os conflitos podem ter tido raiz na disputa de poder no exército, que dominou a vida política do país nos últimos 15 anos.²²

Em 2008, no Quênia, opositores do governo de Kibaki insurgiram-se contra o resultado oficial da eleição de 2007. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (UE) disseram haver indícios de fraude. O país encontrava-se regionalmente dividido. O presidente reeleito Kibaki levou consigo três províncias e Odinga quatro províncias, o que regionalizou os conflitos. O grupo étnico kikuyu, do presidente reeleito, foi alvo de ataques dos opositores, segundo relatos da Cruz Vermelha. O Quênia era

²⁰ *Folha de São Paulo*, p. 18, 23 abr. 1998.

²¹ LUCIANI, Joseph. A radicalização dos Movimentos Religiosos no Norte da Nigéria: um exemplo da Polarização da Sociedade Nigeriana? *Videre*, ano 3, n. 5, 2011, p. 35.

²² *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A17, 27 nov. 2008.

considerado um dos países mais estáveis da África Oriental. A eleição de Kibaki, em 2002, pela Coalizão Nacional do Arco-Íris, chamada “Revolução de Veludo”, pôs fim a 24 anos do governo de Daniel Arap Moi, sendo um marco na abertura política do país.²³

Ainda em 2008, a oposição rejeitou a solução encontrada pelo presidente do Quênia que, sob pressão internacional, propôs fazer um governo de unidade nacional. Odinga, líder da oposição, desejava que o atual presidente Kibaki renunciasse e que fossem feitas novas eleições sob inspeção internacional, e para um governo de transição. O Movimento Democrático Laranja, de Odinga, conseguiu 95 dos 122 assentos legislativos. O Quênia possui 42 grupos étnicos, sendo o maior deles o kikuyu, acusado de estar sendo favorecido pelo atual presidente. Na favela de Mathare, pessoas foram obrigadas a identificar-se por origem étnica para permanecer ou entrar no bairro.²⁴

Em 2 de janeiro de 2008, 50 pessoas foram carbonizadas vivas em uma igreja do Quênia. Foram aproximadamente 15 mil refugiados abrigados em igrejas pelo país. Pertencentes à etnia kikuyu, do presidente reeleito, foram expulsos de suas terras. Em Nairóbi, pessoas pertencentes à etnia kikuyu foram espancadas. Em quatro dias de conflito foram contabilizados entre 180 e 250 mortos. O líder da oposição, Raila Odinga responsabilizou o presidente reeleito pelo genocídio nas ruas.²⁵

Em 30 de janeiro de 2008, a morte de um deputado da oposição, ODM (Movimento Democrático Laranja), incitou uma nova onda de violência no Quênia. Os kikuyu estariam revidando os ataques sofridos pelos partidários de Odinga, passando a perseguir os de etnia luos, do líder da oposição. Kofi Annan insistiu em uma negociação entre Kibaki e Odinga. Odinga insistiu na renúncia de Kibaki, ao passo que Kibaki parecia aberto a uma maior participação da oposição em seu governo. Kofi Annan acreditou que, em um ano, a situação estaria estabilizada. Países ricos ameaçaram o Quênia com cortes de ajuda financeira que chegavam a 6% do PIB do país. Segundo o historiador Macharia Munene, a situação, ao atingir as camadas populares, tornou-se incontrolável e políticas para desmontar o tribalismo seriam necessárias. Os problemas econômicos da população haviam sido historicamente usados para ativar divisões no país. O Quênia era o principal aliado dos EUA na luta contra o extremismo islâmico, sobretudo na Somália.²⁶

²³ *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A10, 1 jan. 2008.

²⁴ *Folha de São Paulo*, p. A15, 6 jan. 2008.

²⁵ *Folha de São Paulo*, p. A9, 2 jan. 2008.

²⁶ *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A16, 30 jan. 2008.

Conflitos considerados de teor étnico explodiram no Quênia após acusações de fraude na eleição presidencial de 2007. Foram mais de 1.000 mortos e 300 refugiados. Oposição e governo, junto à ONU, discutiram uma solução para o impasse. Acreditaram ser necessária uma divisão do poder, com a criação do cargo de premiê, a ser entregue à oposição. Apostavam em um esforço conjunto entre o governo e a oposição para criar uma nova constituição e promover reformas das leis eleitorais e institucionais.²⁷

No Burundi, em 1996, o presidente golpista nomeou um premiê de etnia rival em uma clara referência à necessidade de representatividade política equilibrada, em termos étnicos. Os militares do Burundi deram um golpe de Estado e o presidente Pierre Buyoya nomeou um primeiro-ministro de etnia hutu, majoritária no país. Os tutsis dominavam o exército, mas pertenciam à etnia minoritária. O temor era de que o golpe de Estado acirrasse os ânimos e levasse a uma guerra genocida entre rebeldes radicais hutus e militares tutsis.²⁸

Em 2004, Esther Kamatari, 53 anos, modelo e princesa do Burundi, se candidatou à presidência do país na primeira eleição livre após uma década. Ela “(...) quer que o Burundi volte a uma forma de vida mais antiga e tradicional, mesmo que isso signifique o retorno da monarquia”. Segundo ela, até 1972, quando foi morto o último rei do país, havia administração do poder e equilíbrio social e econômico baseado na tradição.

Para Kamatari, os colonizadores impuseram a divisão étnica ao país. Pertencente à *ganwa*, ou classe real, ela acreditava que sua condição poderia unir hutus e tutsis. Enquanto isso, partidos políticos ligados a ambas as tribos majoritárias no país assinavam um novo acordo de divisão de poder para servir como base a uma nova constituição. Os hutus eram 85% da população e os tutsis apenas 14%, mas estes controlavam as instituições e o exército. O país já passou por dois grandes conflitos envolvendo essas duas etnias: uma guerra civil, em 1993, e o genocídio em Ruanda, em 1994. 90% da população do país se dedicavam à agricultura de subsistência.²⁹

Em 2004, Kofi Annan nomeou um enviado especial da ONU ao Sudão, na tentativa de negociar um acordo de paz e por fim a 21 anos de guerra civil entre forças do governo islâmico e rebeldes cristãos no sul do país. Conflitos étnicos também caracterizaram o impasse, que teve 15 mil mortos e um milhão de refugiados internos. Os Estados Unidos planejaram um embargo econômico como medida de pressão.³⁰

²⁷ *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A15, 16 fev. 2008.

²⁸ *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 14, 1 ago. 2008.

²⁹ *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A33, 24 out. 2008.

³⁰ *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A13, 19 jun. 2004.

As identidades étnicas são um importante fator de mobilização política. No entanto, é preciso atentar para o fato de que muitos conflitos políticos que envolvem grupos étnicos ou religiosos distintos não são caracterizados por ter origem na intolerância cultural, como frequentemente a imprensa nos leva a crer. Esses conflitos são, muitas vezes, motivados por fatores econômicos e políticos que mobilizam identidades como fator eficaz de recrutamento, aprofundando o que Manuel Maria Braga chama de “clivagens sociais”, que são de ordem religiosa, étnica, socioeconômica, política e espacial. A distribuição de etnias em espaços geográficos não necessariamente confirma sua existência em organizações sociopolíticas próprias. As identidades étnicas não implicam, necessariamente, que a vida comunitária desses grupos seja constituída por uma organização social, política e econômica tradicional.

A relação existente entre ocupação étnica de espaços e o conseqüente uso de recursos econômicos, com as possibilidades físicas e geográficas de desenvolvimento, é uma realidade que promove clivagens espaciais, por vezes alimentadas por identidades transnacionais, ou seja, identidades étnicas que ultrapassam sua solidariedade às fronteiras nacionais. As fronteiras transnacionais alimentadas pela percepção identitária, que não equivalem à identidade nacional, evidenciam a necessidade de integrações econômicas frente às limitações das fronteiras herdadas da colonização.

Referências bibliográficas

Livros:

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BALANDIER, Georges. *Antropologia Política*. Barcelona: Casa Nova 71, 1969.

BIZAWU, Kiwonghi Sébastien. *O Conselho de Segurança da ONU e os Conflitos nos Grandes Lagos: análise seletiva e interpretativa das resoluções sobre o Congo*. Barueri: Manole, 2008.

Capítulos de Livros:

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. IN: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para Uma História Cultural*. Lisboa: Estampo, 1998, p. 349-363.

Artigos em Periódicos:

BRAGA, Manuel Maria. Os partidos Políticos Africanos no Virar do Milênio: um ensaio preliminar. *Centro de Estudos Africanos*, ISCTE, Lisboa, p. 53-77. 2005. Disponível em: <www.casadasafricas.org.br>. Acesso em: 24 dez. 2011.

CASAL, Adolfo Yanez. A violência em África: da guerra primitiva à guerra civil em Moçambique. A violência como fato social total. *Atas do Colóquio “Construção e Ensino da História de África”*, Lisboa, p. 273-290. 1994.

FORQUILHA, Salvador Cadete. O Paradoxo da Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias em Moçambique: do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local. *Caderno de Estudos Africanos*, p. 89-114, 2008. Disponível em: <cea.revues.org/187>. Acesso em: 28 out. 2011.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250. 1999.

LUCIANI, Joseph. A radicalização dos Movimentos Religiosos no Norte da Nigéria: um exemplo da Polarização da Sociedade Nigeriana? *Videre*, ano 3, n. 5, p. 15-41. 2011. Disponível em: <www.casadasafricas.org.br>. Acesso em: 26 dez. 2011

MUTZENBERG, Remo; SOARES, Eliane Veras. Democratização, sociedade civil e cultura política: aproximações entre o Brasil e a África lusófona. *Estudos de Sociologia*, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, v. 15, n. 2, p. 49-68. 2008. Disponível em: <www.casadasafricas.org.br>. Acesso em: 03 nov. 2011.

NOLTE, Insa. Identidade e violência: a política de juventude em Ijebu-Remo, Nigéria. *Imaginário*, v. 11, n. 11, p. 47-90. 2005. Disponível em: <pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acesso em: 26 dez. 2011.

SCHÜTZER, Herbert. Os Instrumentos Estatais e a Geopolítica das Linhagens na África Subsaariana: poder legal versus poder tradicional – caso da Guiné-Conakry. *Conexão Política*, v. 1, n. 1, p. 115-141, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.casadasafricas.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2012.

Referência de Periódicos:

Folha de São Paulo, São Paulo, p. 17, 23 mai. 1997. Acesso em: 11 out. 2012.

Folha de São Paulo, p. 16, 23 mai. 1997. Acesso em: 11 out. 2012.

Folha de São Paulo, p. A9, 19 jan. 2001. Acesso em: 11 out. 2012.

Folha de São Paulo, p. A11, 18 jun.2003. Acesso em: 11 out. 2012.

Folha de São Paulo, p. 18, 23 abr. 1998. Acesso em: 11 out. 2012.

Folha de São Paulo, São Paulo, p. A17, 27 nov. 2008. Acesso em: 13 out. 2012.

Folha de São Paulo, São Paulo, p. A10, 1 jan. 2008. Acesso em: 12 out. 2012.

Folha de São Paulo, p. A15, 6 jan. 2008. Acesso em: 12 out. 2012.

Folha de São Paulo, p. A9, 2 jan. 2008. Acesso em: 12 out. 2012.

Folha de São Paulo, São Paulo, p. A16, 30 jan. 2008. Acesso em: 12 out. 2012.

Folha de São Paulo, São Paulo, p. A15, 16 fev. 2008. Acesso em: 12 out. 2012.

Folha de São Paulo, São Paulo, p. 14, 1 ago. 2008. Acesso em: 13 out. 2012.

Folha de São Paulo, São Paulo, p. A33, 24 out. 2008. Acesso em: 13 out. 2012.

Folha de São Paulo, São Paulo, p. A13, 19 jun. 2004. Acesso em: 12 out. 2012.